



KAEFER, J. A. *A Bíblia, a Arqueologia e a História de Israel e Judá*. 1ª. Ed. São Paulo: Paulus, 2015, p. 112. ISBN: 9788534941549

*Elias Gomes da Silva**

Proporcionalmente nas duas últimas décadas, o uso da arqueologia nas pesquisas literárias da Bíblia tem mudado a compreensão da história dos textos canônicos. Se no passado, sobretudo em meados dos séculos XIX e XX, o uso da arqueologia pela teologia era utilizado para fins apologético-confessionais, nos dias hodiernos este pressuposto tem sido alterado. Tal realidade é modificada pela presença e iniciativa de uma “nova teologia” de corte acadêmico, cuja fundamentação estaria baseada supostamente em métodos mais consistentes. O que também não garantiu a diminuição dos conflitos, isto é, a grande limitação do grupo denominado conservador ou *escola maximalista*, assim com os que se alinham com eles, é que somente se dever usar a arqueologia para fundamentar o texto bíblico. Seu interesse não são as ciências, a história, a antropologia, mas o conteúdo bíblico (p. 13-14). Polarizando o tema, surge a esta a *escola minimalista*, cujas bases estão pautadas justamente nos elementos científicos renegados pelos conservadores. Nesse sentido, a obra do teólogo e pesquisador brasileiro *José Ademar Kaefer* é importante, sobretudo por procurar apontar uma espécie de “caminho alternativo” entre uma escola e outra.

Publicado pela editora Paulus em 2015, o livro passa a compor a série *Nova Coleção Bíblica* composta por cinco outros títulos. Possui 112 páginas, divididas em dois capítulos e antecedido por um prólogo cuja função foi tentar esclarecer a importância da arqueologia nas pesquisas literárias da Bíblia. Sobre esse aspecto, isto é, o grau de importância da temática, o autor afirma que, embora as descobertas arqueológicas possam causar certo desconforto nas comunidades de fé, sobretudo devido às supostas incertezas diante dos textos sagrados, estas devem ser encaradas não como elementos negativos, e sim como a melhor atitude do exegeta ou estudioso, tentando estabelecer um diálogo franco entre o texto Bíblico e as pesquisas modernas. Proporcionalmente, é comum aquela entranha sensação que faz como que muitos devotos se sintam como se tivessem sido enganados durante toda sua vida, uma vez que durante os últimos anos a interpretação bíblica tem se diferenciado das confissões de fé. Devemos ter em mente, porém, que ninguém tem a última palavra quando se trata de pesquisa em ciências humanas. Seguramente, outras pesquisas e respostas estão por vir, e, provavelmente, ainda mais questionadoras do que as apresentadas na obra.

No *primeiro capítulo*, o eixo temático está debruçado sobre a questão do *debate epistemológico* (p. 11-25). Tendo como referencial teórico principal os argumentos apontados previamente por Israel Finkelstein e Amihai Mazar, nosso autor apresenta uma visão panorâmica sobre o respectivo debate. Em geral, o uso da arqueologia nas pesquisas literárias da Bíblia, sobretudo no que diz respeito à história de Israel, está posto sobre três fundamentos básicos, a saber: *a escola fundamentalista ou maximalista, a escola minimalista e as tendências e caminhos alternativos*. Em se tratando da primeira (fundamentalista), a articulação ocorre a partir da defesa de que o conteúdo da Bíblia pode ser considerado inteiramente histórico (p. 17). Tradicionalmente essa redação costuma recorrer à arqueologia



para comprovar a veracidade contida nos relatos dos textos canônicos. É o caso, no passado, de De Vaux e John Bright, entre outros, e atualmente William F. Albright, cujos discípulos defendem que a arqueologia pode provar que a Bíblia está certa, e os críticos, errados (p. 12).¹ Para José Ademar Kaefer, a grande limitação do grupo denominado conservador ou maximalista, assim como as escolas que se alinham com ele, é que somente se usa a arqueologia para fundamentar o texto bíblico. Como o autor gosta de afirmar que o interesse não são as ciências, a história, a antropologia, mas o conteúdo bíblico (p. 13-14).

No segundo caso (escola minimalista) predomina aquela postura mais voltada na tentativa de identificar e descartar qualquer hipótese de ser a Bíblia uma fonte histórica (p. 15). Descrevendo esta linha de investigação nosso autor afirma: [...] *A Bíblia não pode ser considerada como evidência para comprovar a história de Israel* (p. 15). O movimento minimalista teria se intensificado a partir da última década do século XX. Seus principais protagonistas são John Van Seters, Thomas L. Thompson, Niels Peter Lemche, Philip R. Davies e Keith Whitelam, entre outros, todos eles tendo como ponto de referência a Universidade de Copenhague na Dinamarca (p. 15-16). Para esta escola, a crítica precisa ser feita de maneira radical. Os textos bíblicos supostamente teriam sido compostos de forma tardia, sobretudo no período persa, helenista e hasmoneu, a serviço da ideologia da elite do templo de Jerusalém. Isto é, a preocupação da elite seria fundamentar o papel central do templo, do culto e dos sacerdotes. Daí a propaganda da história dos patriarcas, do êxodo, da conquista de Josué e do período áureo de Davi e Salomão (p. 15).

No final deste capítulo, o autor apresenta o que ele chama de terceira via, novas tendência ou caminho alternativo (p. 17-25). Segundo ele, o fato de serem inevitáveis os questionamentos em torno das duas escolas anteriores, seja pela falta, seja pelo exagero do rigor acadêmico, a possibilidade e implantação de um caminho alternativo é necessário (p. 20). Nesse sentido, a proposta alternativa parte do princípio de que boa parte do Pentateuco e da História Deuteronomista, bem como parte de livros proféticos, como Amós, Oseías, Miqueias, Sofonias, entre outros, têm como data do início da sua composição a monarquia tardia (final e início do séculos VIII, mas precisamente no final do século VII). Assim, diferentemente do enfoque fundamentalista, que faz uma *leitura cronológica*, a proposta alternativa pratica a *leitura regressiva* dos textos bíblicos (p. 22). O método regressivo parte do contexto em que o texto foi escrito e se projeta para trás, numa tentativa de reconstruir a história do conteúdo e a história da redação. Proporcionalmente, tal leitura seria também diferente da radicalidade da escola minimalista, sobretudo por não excluir o olhar crítico da exegese e da arqueologia, mesmo em textos cujo tempo entre o fato narrado e o fato escrito seja muito próximo (p. 23). No entanto, tal leitura crítica não deve excluir a busca pelos motivos, especialmente teológicos, que levaram à composição do texto (p. 25).

Em continuação, no *segundo capítulo* (p. 27-107) temos uma porção maior de texto no qual o autor procurou estabelecer as discussões, tendo com eixo temático as questões relacionadas à *historiografia propriamente de Israel e Judá*. Nesse sentido, nosso autor procurou apresentar diversos pressupostos relacionado às questões históricas, geográficas, políticas, literárias, religiosas e sociais. Porém, diferentemente daquele relato tradicional, sobretudo pautado a

¹ No Brasil esta postura mais conservadora e de profunda crítica da escola minimalista pode ser percebida, sobretudo nos trabalhos publicados pelo teólogo e arqueólogo Adventista Rodrigo Pereira da Silva do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP).



partir de uma visão judaíta,² que em geral costuma supervalorizar as tribos do sul em relação às tribos do norte, Kaefer procura apontar para uma abordagem em que os valores políticos e sociais do Israel do norte são de fatos revalorizados (p. 28). Tal realidade só pode ser efetuada por causa dos avanços da arqueologia e do estudo literário. Ele diz: [...] *Os historiadores sempre olharam muito para o sul: Judá e Jerusalém, e pouco para o norte: Israel e Samaria* (p. 28). Essa realidade pode ser perfeitamente comprovada, sobretudo na medida em que Jerusalém é uma das cidades mais escavadas do mundo. Ora, este papel deve ser invertido. É necessário “desenterrar” uma nova história que vai estabelecer e perpetuar o devido valor ao chamado Israel do norte. Tradicionalmente, textos canônicos sempre nos apresentam um Israel, no Sul, forte e desenvolvido, em contraposição a um Israel, no Norte, pequeno e subdesenvolvido. Dados estes, segundo o autor, arqueologicamente não confirmados.

Por exemplo: nas questões geográficas, pesquisas e escavações arqueológicas têm demonstrado um terrível contraste entre a *teologia confessional* e a *acadêmica*. A geografia da região de Judá, no Sul, (relatada pela tradição como sendo supostamente mais fértil) era bastante acidentada, com montanhas íngremes e com poucas e rudimentares rotas, fato que dificultava a comunicação e o comércio na região (p. 29). Em contrapartida, Israel, no Norte, era bem mais desenvolvida. Para Kaefer, dois fatores foram determinantes para esse desenvolvimento: a fertilidade do seu solo e rotas comerciais internacionais que passavam por seu território. Pois apesar da pouca distância que separava o sul do norte, o ecossistema das duas regiões é bem distinto (p. 30-31). Outro exemplo significativo, que também teria sido alterado a partir das atuais pesquisas arqueológicas, está relacionado a questões de caráter político e religioso. Isto é, pelo que a arqueologia e a pesquisa literária têm conseguido mostrar, é muito difícil falar de um reino de Davi nos moldes tradicionais (p. 52). Proporcionalmente, a ideia de uma monarquia unida, forte e consistente não poderia ser facilmente comprovada. O mesmo também pode ser dito sobre os diversos relatos de caráter tradicional, em que sempre se aponta para aquela suposta “exclusividade litúrgica” do Israel do Sul em relação ao Israel do Norte (p. 48). Nas narrativas canônicas existe uma espécie de contradição do poder religioso cuja prerrogativa de culto sempre está posta sobre Jerusalém e o seu templo (p. 48-49).

Ainda sobre este mesmo problema, antes mesmo de apresentar as principais questões que ocupam as atuais pesquisas, Kaefer propôs uma espécie de solução a partir do que ele chama de “caminho alternativo”. Inclusive vai procurar apresentar alguns argumentos problemáticos e discutíveis que permitem ao leitor melhor perceber a sua proposta. Isto é, a ideia é demonstrar como se dá a aplicação concreta deste suposto caminho alternativo. É necessário, afirma o autor, não ignorar os possíveis questionamentos e contradições desencadeados pelas atuais pesquisas arqueológicas. Os principais questionamentos são: (1) *Se todo o primeiro testamento foi escrito em período tardio (pós-exílio), com concentração no tempo dos gregos e hasmoneus, o que dizer das diversas informações extrabíblicas que confirmam os relatos históricos da Bíblia?* (p. 16-17); (2) *Como estabelecer ou se posicionar teologicamente diante da crise da teoria das fontes (J, E, Dt, P), sobretudo a partir do final do século XX?* (p. 17-

² O termo “judaíta” é utilizado como adjetivo para termos relacionados ao Reino de Judá (também descrito aqui como “Reino do Sul”). “Da Judeia” é utilizado para referir-se a regiões geográficas, como o deserto da Judeia. “Israel” geralmente refere-se ao Reino do Norte, enquanto “Antigo Israel” refere-se ao povo da Idade do Ferro – Norte e Sul combinados.



18). É nesse sentido que Kaefer considera e defende a inevitabilidade de novas tendências e caminhos alternativos.

Podemos concluir a resenha afirmando que o uso da arqueologia nas pesquisas literárias da Bíblia possui *possibilidades e limitações*. É preciso sempre entender que a missão da arqueologia não é de resolver todas as questões. Ora, no que diz respeito à Bíblia, a contribuição da arqueologia não está em emprestar validades às fontes literárias da revelação, mas sim pô-las num contexto mais amplo. Por outro lado, embora a arqueologia não dependa de qualquer conexão com a ciência teológica, pois se assenta sobre os seus próprios pressupostos epistemológicos, a interseção da evidência textual com artefato impõe-se como tarefa comum e dialogal aos dois campos. O mesmo precisa ser dito que a arqueologia só pode descobrir aquilo que sobreviveu. E, em arqueologia, o que de fato sobrevive e foi descoberto é fruto do acaso, não de uma lei institucionalizada. Portanto, sempre haverá riscos quando historiadores e teólogos se entregam a generalizações fáceis. Acontece que muitos se esquecem que os possíveis confrontos ocorrem, em sua maioria, na medida em que o intérprete toma as evidências nos termos do seu próprio fundamento confessional e teológico, condicionado ao seu ambiente social, cultural e religioso. Não podemos nos esquecer de que a verdade religiosa não precisa da arqueologia para se tornar norma de fé e prática para o crente, mas relação entre uma e outra não pode ser ignorada sob o pretexto de separar fé e ciência.

* É professor de filosofia pela Secretaria Estadual de Educação/SP. Mestre em Ciência de Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: filosofia.elias@hotmail.com